

Tecnologia e medo: reflexões sobre as novas formas de controle social

TECHNOLOGY AND FEAR: REFLECTIONS ABOUT THE NEW FORMS OF SOCIAL CONTROL

Jacira de Freitas*

RESUMO

A discussão aqui apresentada resulta de uma reflexão inspirada pela *Ideologia da Sociedade Industrial – O Homem Unidimensional (One Dimensional Man)* de Herbert Marcuse e dedica-se ao problema da perpetuação do perigo [real ou imaginário] como forma de manutenção do medo de toda uma coletividade, com vistas à sua sujeição às forças que o produzem. Minha hipótese é a de que a promoção de um estado de coisas fundado no caos e no medo coletivo não serve apenas para subjugar as consciências, mas ainda para suscitar sua adesão voluntária ao controle social que se concretiza no cotidiano através das novas tecnologias que vão sendo introduzidas, e tem sua força maior no prestígio dos meios de comunicação de massa.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias; Tecnologia; Imprensa; Controle Social; Marcuse

ABSTRACT

The discussion presented here results from a reflection inspired by Herbert Marcuse's *Ideology of the Industrial Society - One Dimensional Man* and is dedicated to the problem of perpetuating danger [real or imagined] as a way of maintaining the fear of a whole collectivity, aiming their subjection to the forces that produce it. My hypothesis is that the promotion of a state of affairs based on chaos and collective fear is not only for subduing the consciences, but also for raising their voluntary adherence to the social control that takes place in daily life through the new technologies that are being developed, and has its greatest strength in the prestige of the mass media.

KEYWORDS: Medias; Technologies; Press; Social Control; Marcuse

* Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo (FAPESP). É pesquisadora de Ética e Filosofia Política e História da Filosofia Moderna, em especial Rousseau e os iluministas e sua influência no pensamento contemporâneo.

O capítulo introdutório da obra *Ideologia da Sociedade Industrial – O Homem Unidimensional (One Dimensional Man)* de Herbert Marcuse inicia-se com a seguinte indagação: “A ameaça de uma catástrofe atômica que poderia exterminar a raça humana, não servirá, também, para proteger as próprias forças que perpetuam esse perigo?”

A pergunta traz em seu bojo a própria resposta: é na perpetuação do perigo que está a chave do êxito da manutenção das sociedades contemporâneas com suas estruturas, pois a perpetuação do perigo é também a perpetuação do medo. Esta frase, assim como as análises de Marcuse, na obra mencionada, servem de inspiração para uma reflexão sobre o momento atual em que vivemos. Pretendo discutir, mais especificamente, o problema da perpetuação do perigo [real ou imaginário] como forma de contínua sustentação do medo de toda uma coletividade, com vistas à sua sujeição às forças que o produzem. A ideia de que a promoção de um estado de coisas fundado no caos e no medo coletivo não serviria apenas para subjugar as consciências, mas ainda para suscitar sua adesão “voluntária” a um projeto claramente identificado ao autoritarismo, faz pensar no caso dos recentes acontecimentos ocorridos no Brasil, a partir de meados de 2013. Essa é a hipótese a ser demonstrada no texto aqui apresentado. É incompreensível, sobretudo para a sociedade europeia, a dimensão assumida pela falsificação do real, em nosso cotidiano, promovida por forças socialmente invisíveis, embora facilmente identificáveis. Isso porque quanto mais acentuada a invisibilidade de tais forças, maior o seu poder de

desestruturação e destruição pura e simples de todo um conjunto de projetos e programas sociais, econômicos e políticos já consolidados no país, incluindo aqueles do âmbito das relações internacionais, promovidos pelos governos anteriores. As pistas que revelam seu perfil deixam entrever o tripé sobre o qual tais forças se apoiam e, por vezes, até se confundem: a mídia, que aqui chamo de convencional, apenas para pontuar sua oposição às novas mídias democráticas, nascidas na internet e amplificadas pelas redes sociais, como jornais e portais informativos dedicados a notícias fundadas em fatos reais documentados; as novas tecnologias e, por fim, os interesses econômicos das classes dominantes. Não abordarei aqui a evidente participação externa, no caso mencionado, pois isso nos conduziria a uma discussão geopolítica, que exigiria um exame muito mais profundo e detalhado do que seria possível aqui realizar.

A primeira questão a ser discutida sobre esse tríplice apoio diz respeito ao *modus operandi* da mídia convencional. Não é novidade para ninguém que o que os meios de comunicação de massa transmitem e divulgam com suas estratégias cada vez mais complexas e espetaculares e, por isso mesmo, convincentes, nem sempre corresponde à realidade dos fatos, já que os veículos de comunicação se determinam em função de interesses econômicos das próprias corporações que os mantêm, assim como pelos interesses daqueles que os financiam. O problema reside no estatuto de verdade adquirido pela notícia por ela veiculada. A crença universal de que os conteúdos das mídias são sempre verdadeiros é um

fator de extrema gravidade para a organização da vida social. Esta garantia de verdade, implícita nas manchetes veiculadas pelas mídias tradicionais, pode ser comprovada nos casos em que os próprios veículos de comunicação corrigem suas notícias. Ainda que sejam divulgadas erratas ou notas de desagravo, para o público, seja ele leitor, ouvinte ou espectador, a notícia veiculada anteriormente prevalecerá sobre o desmentido, sobretudo pela forma espetacular que se imprime à primeira, ou mesmo pela sua repetição rítmica durante algum tempo, que pode variar de dias a semanas ou meses.

Essa prática da repetição da notícia que se quer realçar – sem julgar aqui sua coerência em relação aos fatos ocorridos - seria a evocação de um procedimento mítico, aquele da constante referência àquilo que se deseja atualizar, tornar presente, se não fosse milimetricamente calculada com uma finalidade pouco elogiosa: o ataque a opositores e o favorecimento de correligionários. Expondo a questão dessa maneira, fica parecendo tratar-se mais de um partido político. E é precisamente isso que está em questão. O poder de legitimação que tem a repetição de frases, expressões ou imagens, sobretudo quando retiradas do seu contexto original para encobrir os fatos reais, deformando-os de acordo com seus interesses, confere à mídia um poder incomensurável. Esse poder consiste em transmutar o fato verdadeiro pela imposição de uma [falsa] realidade construída meticulosamente às expensas de conteúdos rítmicos e espetaculares, que visam conferir à versão que está sendo construída, sua legitimidade. A

repetição funciona como uma espécie de mantra ao contrário, pois impõe ao público desarmonia e medo, conduzindo assim o indivíduo ao sistemático abandono do ato de pensar para entregar-se ao automatismo mecânico, que já traz prontas todas as respostas e indicações das ações a serem realizadas. A função de informar é suprimida e substituída por outra que consiste em transmitir uma interpretação ou opinião, seja particular ou de um grupo (em geral, atrelado aos interesses das classes privilegiadas, que aliás, dominam as mídias tradicionais, em muitos países) como se fosse imparcial e fiel à realidade dos acontecimentos, quando na verdade, muitas vezes, os fatos podem estar sendo escamoteados, apresentando-se tão somente um aspecto da realidade, deformando-se o que se deseja. A promiscuidade que se instaura entre esse tipo de mídia e setores das classes dominantes revela uma completa falta de percepção do sentido moral que deveria permear as ações concernentes à dimensão pública. A adesão ou identificação das corporações midiáticas com os interesses de uma elite, tais como a derrubada de um chefe de Estado – como ocorreu no Brasil recentemente –, poderia facilmente contribuir para a criação de uma [falsa] versão da realidade que poderia conduzir toda uma população – ou, pelo menos, os setores populares mais expostos à influência da mídia e aos seus métodos espetaculares – a apoiar essa causa, acreditando ser essa a melhor solução. Isso pode se realizar com a utilização de inúmeros mecanismos.

O recurso ao mito é apenas um deles, talvez o que apresenta resultados mais imediatos, quando se trata de influenciar a *opinião pública*.

Como toda realidade passa a ser atrelada àquilo que aparece nos meios de comunicação, tais como rádio, televisão, magazines e jornais impressos, tudo o que não aparece neles será considerado inexistente. Assim, por exemplo, uma manifestação de rua de qualquer setor da sociedade, cuja motivação seja contrária aos interesses das corporações midiáticas, simplesmente não será noticiada em nenhum veículo de comunicação, criando no público a falsa ilusão de não ter ocorrido. Ou, se o número de manifestantes corresponder a milhares de pessoas, a mídia poderá trazer apenas uma nota pequena, diminuindo sua extensão e importância. Simples assim. Não noticiar um evento é não lhe conferir existência. Por outro lado, o oposto também pode ocorrer. Algo ou alguém que não existe pode ganhar uma existência fictícia no universo midiático, e tal existência passará a ser percebida socialmente como legítima e real, influenciando até mesmo as ações da coletividade. É assim que se constrói ou procura-se construir a imagem de heróis nacionais, a partir de indivíduos sem qualquer projeção. Fundada na suposição de qualidades, essa construção é sustentada na mídia pelo tempo necessário aos interesses que ela defende. Quando ocorre o desmascaramento do falso herói, seja pela atividade de grupos sociais antagônicos ou pela mudança dos interesses corporativos, um novo herói é rapidamente forjado. O que também se verifica é que um evento de pouco ou nenhum interesse para a sociedade civil pode ser alçado ao patamar de grande importância, se corresponder aos interesses daqueles veículos. Exemplos históricos recentes se acumulam em escala cada vez maior, e só chegam ao conhecimento do grande público em razão

do crescimento e influência das mídias sociais da internet, cuja estrutura difere fundamentalmente das mídias convencionais, já que sua linha editorial não se impõe de cima para baixo.

Ao atuar na construção de uma crença, visando substituir o fato real, ou ainda, na representação projetada intencionalmente sobre um objeto ou pessoa, a mídia se exerce como um poder capaz de corroer as instituições políticas e sociais. Sua interferência na criação da imagem de uma pessoa, à qual se atribui uma transgressão remete a rituais míticos, nos quais o caráter perigoso de uma transgressão para o grupo social, ao qual pertence o indivíduo, conduz ao estabelecimento de uma linha divisória simbólica a separar do grupo aquele que violou a lei imprescritível. Nos rituais primitivos, o castigo correspondia à individualização do “criminoso” mediante uma série de atos mágicos que visavam reconduzi-lo à “normalidade”. O castigo tinha a dupla função de isolar o culpado, tanto para preservar o grupo social do contágio, como para eximir de culpa o restante do grupo, livrando-o de toda cumplicidade e dos maus presságios implicados no ato. Mas, nesse quadro de ameaça à democracia e suas instituições, propiciada, dentre outras coisas, por um poder paralelo a serviço dos grandes, basta não estar subjugado a ele para ser considerado uma ameaça. Pior ainda se um indivíduo ou grupo social não se submeter a ele, dedicando-se, ao contrário a causas que lhe são opostas. É evidente que não se pode generalizar a atuação das mídias, no período mais recente do país. Mas, a dúvida quanto ao papel por elas desempenhado tem caráter efêmero: é só observar os noticiários e verificar quem são seus inimigos

para saber de que lado ela está. É só constatar de que maneira os jornais do rádio e da tv, os jornais impressos (e suas versões digitais), os magazines e toda a programação radiofônica e televisiva, incluindo as novelas, e mais recentemente, séries de tv nacionais, apresentam os sindicatos, as associações de trabalhadores rurais, os povos indígenas, as associações e movimentos estudantis, os movimentos populares (como os sem-teto e os sem-terra, dentre tantos outros), o feminismo, as questões de gênero, as causas sociais. E como contraponto observar o tratamento dispensado aos empresários e às pessoas que dispõem de cultura ou usufruem de boa condição econômica. (Um parêntesis apenas para lembrar que a “oficialização” da imprensa no país só ocorreu com a vinda da família real, em 1808, que fugia de Napoleão, portanto, uma imprensa que “renasce” atrelada aos interesses do império. Pequenos jornais, como o de 1747, fundado em Pernambuco ou o de Vila Rica, cidade da Inconfidência Mineira, costumavam ter vida efêmera).

A legitimação desse universo artificialmente criado no mundo das mídias vem de sua atualização constante, por meio do ritual cotidiano da aparição rítmica. A cada ocorrência da mesma notícia – e pouco importa se verdadeira ou não – verifica-se a repetição de palavras, signos ou imagens que conduzem à imediata condenação dos inimigos ou a exaltação dos amigos. Essa repetição rítmica pode ser até mesmo diária, como ocorre nos casos em que o engajamento do veículo de comunicação na destruição de alguma figura pública torna-se o principal objetivo. E se esse

ritmo instaurado pela repetição tem êxito na substituição da realidade por essa nova versão é porque remete a uma dimensão arquetípica da cultura (Contrera 2000, 52).

O fato de um indivíduo ser condenado à segregação, separado, portanto, do seu meio social - e o termo segregação adquire aqui várias conotações diferentes - a destruição de uma reputação ilibada, a condenação ao isolamento e à solidão, o exílio ou, até mesmo, a violência da prisão -, decorre da produção de uma imagem representativa que pode não corresponder à realidade. Se as motivações que levam a se forjar uma versão deturpada dos fatos, e o que é ainda mais grave, dos fatos históricos, quando se trata de uma personalidade do cenário político, são facilmente detectadas, já que associadas aos interesses de grupos antagônicos, em contrapartida, a aceitação do público dessa versão tem outra explicação.

O savoir faire, a elaboração e aprendizagem das práticas e técnicas de manejo dos imaginários sociais, tem prioridade sobre qualquer reflexão teórica. Malinowski reconhece, em cada corpus de mitos, o equivalente a um verdadeiro mapa social que representa e legitima eficazmente a formação existente, com o seu sistema de distribuição do poder, dos privilégios, do prestígio e da propriedade [cf. Malinowski 1936; Balandier 1976]. Ora, ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também “guardiões” do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos” (Baczko 1985, 199)

As análises de Duvignaud, em seu *Sociologie du théâtre* (Duvignaud 1999, 26), ao discutir as criações coletivas ritualísticas das socieda-

des arcaicas mostram que ocorre uma identificação da coletividade com a imagem daquele ao qual se atribui uma transgressão. A crença no caráter perigoso dessa transgressão para o grupo social exige a construção simbólica de uma linha divisória para separar do grupo aquele que violou a lei imprescritível. O castigo corresponde à individualização do transgressor mediante uma série de atos mágicos que visam reconduzi-lo à normalidade. O castigo tem a dupla função de isolar o culpado, tanto para preservar o grupo social do contágio, como para eximir de culpa o restante do grupo, livrando-o assim de toda cumplicidade.

Retomando as análises da sociedade atual, a coletividade se vê retratada na imagem daquele ao qual se atribui um crime ou transgressão, e é por isso que aceita fazer parte do jogo, na tentativa de se livrar da responsabilidade – ou “maldição” - que pode recair sobre ela, e sobre cada um de seus membros individualmente. Assim como nas sociedades primitivas, que recorrem aos rituais para reaver a ordem do cosmos, o ritual espetacular midiático das sociedades contemporâneas opera a segregação. Ela projeta todos os seus holofotes sobre o indivíduo a ser supliciado, como se esse fosse um ator a nos representar sob as luzes da ribalta, durante um espetáculo. Esse é o palco das mídias, no qual se dá o espetáculo de um suplício que permite que nos liberemos da prática do mal, pois é o outro que pratica por nós as más ações e recebe seu devido castigo, livrando-nos assim da má consciência ou de uma maldição, como nos rituais das sociedades arcaicas.

Mas, ao contrário do que se passava nos rituais de expulsão, que se encerravam em si mesmos, em nossa sociedade, algo mais acontece. A figura a ser combatida é simbolicamente associada às figuras míticas que despertam medo ou ódio. A sensação de catástrofe iminente é o reconhecimento de uma fronteira entre a vida e a morte, o eu e o outro. A noção de fronteira remete à Cronos, o deus da mitologia grega, considerado o desencadeador de todas as desgraças humanas, pelo aspecto fronteiro por ele representado. A noção de fronteira é essencial para estabelecer um “princípio de realidade” necessário à existência e à diferenciação entre o Eu e o outro (Contrera 2000, 55).

Fora do palco das mídias, longe do âmbito de visão das massas, vai se formando nos corações e mentes uma aversão contra o transgressor ou ao grupo a que pertence, que ultrapassa qualquer limite. Essa aversão se transforma numa poderosa força desagregadora, nem sempre capaz de ser contida: o ódio das massas. Temperado com a repetição das manchetes, o ódio tem agora a chance de se revelar plenamente e se regozijar com o sofrimento do outro. Ele é também, e sobretudo, o ódio de classe que vem à tona com toda a sua potência. Como estamos muito longe de qualquer possibilidade de uma consciência de classe - por razões culturais, que não é o caso de discutir aqui - todo o público passa a se identificar com os interesses das classes dominantes, defendidos nos meios de comunicação de massa. O ódio adquire agora a forma de um véu e passa a encobrir a visão da sociedade como um todo, gerando desarmonia e divisão.

O problema é que a representação projetada intencionalmente sobre um indivíduo a ser exposto à execração pública associada ao ódio construído artificialmente traz intenso sofrimento, não apenas para aquele ao qual se atribui a transgressão, mas para todos os envolvidos, e em nada contribui para a reorganização da vida social. Pode-se refutar a responsabilidade das mídias com o argumento do seu caráter empresarial, que faria desse tipo de procedimento por elas adotado, mera estratégia de marketing. Penso, como Marcuse, que “[...] Para qualquer percepção e consciência, para qualquer experiência que não aceite o interesse social predominante como a lei suprema do pensamento e do comportamento, o universo de necessidades e satisfações estabelecido é fato a ser questionado – discutido em termos de veracidade e falsidade” (Marcuse 1973, 27). Além disso, o rádio e a tv, sendo concessões públicas, deveriam pautar-se pelos interesses da sociedade civil como um todo. Ao se absterem de insuflar a população contra indivíduos ou grupos, ao se recusarem interferir para estimular o ódio, a violência e a divisão social as mídias prestam um grande serviço ao país. Porém, isso raramente acontece.

“Sob o jugo de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em poderoso instrumento de dominação” (Marcuse 1973, 28). A irrupção do ódio amplia e consolida a violência e com ela a divisão da sociedade entre os “homens de bem” e os demais. A negação da unidade social tem seu auge no predomínio da hipocrisia. Raramente transgressores das camadas privilegiadas da população são punidos, gerando o fenômeno

da prisão em massa de pessoas oriundas das classes mais populares, não importando o crime, nem mesmo que ele tenha de fato ocorrido, desde que haja a simples suspeita.

Com a expansão do ódio, que contrapõe os diferentes segmentos sociais, aflora o medo, mecanismo que assegura a manutenção do *status quo*, a manutenção das estruturas sociais. O curioso é que a imposição do medo como estratégia de dominação já não se justifica nas sociedades contemporâneas, como veremos adiante, em razão da introjeção das formas de controle social, como mostram as análises de Marcuse. Essa estratégia seria, portanto, apenas mais um “saudoso” retrocesso ao *modus operandi* dos governos autoritários latino-americanos do século XX, que ainda hoje recusam a denominação correta do regime, com o apoio de boa parte da imprensa, que, no Brasil, cunhou o termo “ditabranda”, num trocadilho que substitui “dura” por “branda”.

Mas, estamos em tempo de democracia agora, diriam alguns. O problema é que isso não representa garantia de liberdade, pois a reprodução pelos indivíduos do modo de pensar e agir vindo das telas de tv, como nas novelas, para citar apenas um, comprova a fragilidade do poder de livre escolha.

“A eleição livre dos senhores não abole os senhores ou os escravos. A livre escolha entre ampla variedade de mercadorias e serviços não significa liberdade se esses serviços e mercadorias sustentam os controles sociais sobre uma vida de labuta e temor – isto é, se sustentam alienação. E a reprodução espontânea, pelo indivíduo, de necessidades impostas

não estabelece autonomia; apenas testemunha a eficácia dos controles” (Marcuse 1973, 28).

Em relação ao poder de doutrinação das mídias é preciso que se diga ainda que o condicionamento não tem seu início com a produção em massa de rádio e tv e a centralização de seu controle. O público já vem pré-condicionado, com a diferença de que há um nivelamento dos conflitos entre necessidades dadas e as possíveis, como explica Marcuse:

“A nossa insistência na profundidade e eficácia desses controles é passível da objeção de que superestimamos grandemente o poder de doutrinação dos “meios de informação” e de que as pessoas sentiriam e satisfariam por si as necessidades que lhes são agora impostas. A objeção foge ao âmago da questão. O condicionamento não começa com a produção em massa de rádio e televisão e com a centralização de seu controle. As criaturas entram nessa fase já sendo de há muito receptáculos condicionados; a diferença decisiva está no aplanamento do contraste (ou conflito) entre as necessidades dadas e as possíveis, entre as satisfeitas e as insatisfeitas. Aí, a chamada igualação das distinções de classe revela sua função ideológica” (Marcuse 1973, 28)

O compartilhamento pela população periférica dos serviços e bens de consumo, antes restrito a uma elite, ocorrido em anos recentes em nosso país, mostrou que essa assimilação em nada contribui para a supressão de classes (ou da luta de classes), pelo contrário. O acesso aos bens de consumo, como computadores, veículos e até a casa própria por meio de programas sociais; o compartilhamento de locais antes restritos aos mais ricos, como a frequência, por parte da empregada doméstica e seus familiares, aos mesmos ambientes de um shopping que a sua patroa são

situações que só serviram para nos levar a constatar como a classe média sentia-se ameaçada pelas classes antes restritas ao ambiente inóspito das periferias das grandes cidades. Os exemplos são abundantes de norte ao sul do país e mostram que esse fenômeno está ainda associado ao racismo e ao preconceito contra as minorias. O ódio e a violência, manifestados nessas ocasiões, são extremamente perturbadores. Isso nos coloca num dos patamares mais baixos da civilização: o apartheid social. Estamos ainda muito aquém da possibilidade de uma discussão sobre a pertinência da noção de alienação, do caráter racional da irracionalidade da nossa civilização proposta por Marcuse. Aqui ainda pleiteamos o direito de entrar nas catedrais de consumo ou nos templos do dinheiro.

Para Marcuse, a mudança nos mecanismos que ligam o indivíduo à sociedade está no fato de o controle social estar apoiado agora nas novas necessidades criadas. Os homens se reconhecem em suas mercadorias, encontram sua alma nos novos objetos e bens de consumo, no celular, no notebook, nos eletrodomésticos, no carro, na casa própria. O consumo indica em que medida o indivíduo se insere na vida social. Como ninguém deseja estar fora dela, o consumo torna-se a garantia de ingresso. O problema é que o consumo não se separa do controle social. Essa dimensão de existência é a única existente e ela assume todas as formas possíveis para seduzir sua vítima:

“Acabo de sugerir que o conceito de alienação parece tornar-se questionável quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e têm nela seu próprio desenvolvimento e satisfação. Essa

identificação não é uma ilusão, mas uma realidade. Contudo, a realidade constitui uma etapa mais progressiva de alienação. Esta se tornou inteiramente objetiva. O sujeito que é alienado é engolfado por sua existência alienada. Há apenas uma dimensão, que está em toda parte e tem todas as formas. As conquistas do progresso desafiam tanto a condenação como a justificação ideológicas; perante o tribunal dessas conquistas, a falsa consciência de sua racionalidade se torna a verdadeira consciência” (Marcuse 1973, 31)

As formas de controle social predominantes “são tecnológicas também num novo sentido: os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais, a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível” (Marcuse 1973, 31). Um exemplo disso é o recurso aos mecanismos tecnológicos dos meios de comunicação na área política. Os fatos mostram que, ao serem bombardeados por inúmeras mensagens de texto ou imagens, independentemente da verdade ou falsidade do conteúdo, os indivíduos podem ser levados a aceitá-las como verdadeiras. Os controles sociais se exercem sem grandes dificuldades, já que é o próprio indivíduo que liga o aparelho e se oferece para receber a informação, ainda que seja inteiramente falsa – e o que é pior mesmo tendo consciência disso. Diante de tal disparate é de se pensar o que teria sido feito do espaço interior do indivíduo, se ele mesmo parece ceder cada vez mais espaço para as instâncias exteriores que o controlam. Marcuse associa a introjeção a este espaço interior dos indivíduos:

Mas talvez o termo “introjeção” não mais descreva o modo pelo qual o próprio indivíduo reproduz e perpetua os controles externos exercidos

pela sociedade. Introjeção sugere uma variedade de processos relativamente espontâneos pelos quais um Eu (Ego) transfere o exterior para o interior. Assim introjeção subentende a existência de uma dimensão interior, distinta e até antagônica das exigências externas – uma consciência individual e um inconsciente individual separados da opinião e do comportamento públicos. A ideia de “liberdade interior” tem aqui sua realidade: designa o espaço privado no qual o homem pode tornar-se e permanecer “ele próprio” (Marcuse, 1973, 30).

Marcuse afirma que “atualmente, esse espaço privado se apresenta invadido, desbastado pela realidade tecnológica”. Mas a realidade tecnológica tem várias faces, toma todas as formas possíveis e imagináveis: de inocentes propagandas para o público infantil, jogos, publicidades de todos os tipos, notícias falsas que se transmitem por mensagens compradas para atingir um adversário, até produtos ideológicos inseridos no país em meados da década de 70 para fazer frente aos movimentos populares que cresciam nos bairros mais carentes das grandes cidades. O espaço interior foi invadido pela realidade tecnológica porque a produção e a distribuição em massa exigem o indivíduo inteiro e os mecanismos de introjeção tornam-se cada vez mais automáticos. Na sociedade perpassada pela divisão social e sustentada pelo ódio, o resultado é a identificação do indivíduo apenas com uma parcela da sociedade, e através dela com a sociedade em seu todo. De sua bolha particular, ele vê apenas um mundo deformado, idêntico a si mesmo. Limitado aos fatos da vida, condenado a produzir uma infinidade de fatos para a manutenção do mesmo tipo de vida. A dimensão interior da mente, na qual o poder crítico da razão po-

deria irromper é suprimida, o que explica a impossibilidade de oposição ao *status quo*.

O aparato produtivo e suas mercadorias e serviços, ao impor um sistema social impõem, ao mesmo tempo, todo um modo de vida, determinado também pela classe social a que se pertence. É assim que o banqueiro tem à sua disposição, para se deslocar, o helicóptero ou o jatinho, enquanto seus funcionários usam os meios de transporte de massa. O mesmo se passa com os meios de comunicação, com os produtos consumidos no dia-a-dia, casa, alimento, roupa, diversões. Os produtos trazem embutidos atitudes, hábitos ou reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores aos produtores. Não é incomum a utilização de produtos de marcas já denunciadas e até condenadas por conter materiais tóxicos em seus produtos, em outros países e que aqui são vendidas normalmente nas melhores casas do ramo. E consumidas. Sem qualquer questionamento, pois surge “um padrão de *pensamento e comportamento unidimensionais* no qual as ideias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo” (Marcuse 1973, 32).

Nesse processo, os meios de comunicação de massa desempenham um papel de destaque, não somente por sua atuação, mas ainda nos casos de omissão voluntária: “o pensamento unidimensional é sistematicamente promovido pelos elaboradores da política e seus provisionado-

res de informação em massa. O universo da palavra, destes e daqueles, é povoado de hipóteses avaliadoras que, incessante e monopolisticamente repetidas, se tornam definições ou prescrições hipnóticas” (Marcuse 1973, 34). Mas, o que é ainda mais corrosivo, na atuação dos meios de comunicação é a supressão da diferença: “Todos os tipos de comportamentos oposicionistas são barrados: os conceitos relativos a eles são considerados ilusórios ou sem sentido.” (Marcuse, 1973, 35). Quando estudos e teorias científicas de autores consagrados pela comunidade científica internacional passam a ser criticados por leigos, nos meios de comunicação, por sua não adesão ao behaviorismo, percebe-se o caráter unidimensional da sociedade; nela a pesquisa científica foi convertida em instrumento de dominação.

“O ponto de vista operacional e behaviorista praticado como um hábito de pensamento em geral, se torna a visão do universo estabelecido da palavra e da ação, como frequentemente fez no interesse dos poderes existentes. A insistência nos conceitos operacional e behaviorista se volta contra os esforços para libertar o pensamento e o comportamento da realidade dada e para as alternativas suprimidas. A razão teórica e prática e o behaviorismo acadêmico e social se encontram em campo comum: o de uma sociedade avançada que transforma o progresso científico e técnico em instrumento de dominação” (Marcuse, 1973 35).

Mas, se todo e qualquer tipo de oposição já se encontra integrado, como pensa Marcuse, é preciso que se diga, a propósito do caso que analisamos, qual a razão de ainda se utilizar o medo para manter seu domínio. Em algum momento, nos últimos anos, acreditamos ter atingido, ou quase,

o patamar dos países do primeiro mundo, em termos de desenvolvimento social e cultural. A resposta pode estar na configuração de nossas instituições. Mesmo tantos anos depois, ainda mantemos a estrutura arcaica de nossas antigas instituições: escravidão, clientelismo, coronelismo e um novo fanatismo religioso. Ainda não rompemos com a estrutura das capitães hereditárias, que se converteram em máfias poderosas a lutar pelo controle do país. A imagem de país legalista não pode ser levada à sério. As leis são postas a serviço dos grandes grupos empresariais, de grupos políticos que se revezam no poder com seus filhos e genros há décadas e das famílias midiáticas, cujo poder extrapola todos os outros poderes. Pode-se perguntar se não haveria uma forma de fazer as leis serem postas a serviço do país como um todo. O capitalismo avançado quando associado a regimes de exceção é uma arma letal para qualquer sociedade e seus cidadãos. Sobretudo os que ousam qualquer reação. Não é, portanto, de admirar que, nos setores mais desenvolvidos da nossa sociedade, os controles sociais tenham de fato sido introjetados – como previra Marcuse - a ponto de suprimir toda e qualquer forma de protesto, até mesmo o protesto individual. “Esse é o aspecto sociopsicológico do acontecimento político que marca o período contemporâneo: o desaparecimento das forças históricas que, na fase anterior da sociedade industrial, parecia representar a possibilidade de novas formas de existência” (Marcuse 1973, 35).

Se as sociedades dos países mais desenvolvidos se distinguem por “conquistar as forças sociais centrífugas mais pela tecnologia do que

pelo terror, com dúplice base numa eficiência esmagadora e num padrão de vida crescente”, hoje, de volta à periferia do capitalismo, este triste país, agora tão dividido mantém parte de sua população sob o controle da tecnologia, enquanto a outra parcela está subjugada pelo medo. Todas as implicações negativas da sociedade unidimensional ainda seriam uma evolução para nós, que, em nosso retrocesso, se podemos pensar a nossa condição, é certo que mal podemos falar. As forças repressoras estão sempre à espreita.

Referências Bibliográficas

ABACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CONTRERA, Malena Segura. O mito na mídia. A presença de conteúdos arcaicos nos meios de comunicação. São Paulo: Annablume, 1996.

DUVIGNAUD, Jean. *Sociologie du théâtre*. Paris: Quadrige/PUF, 1999.

GOLDENSTEIN, Gisela Tachner. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*, São Paulo, Summus Editorial: 1987.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. O Homem Unidimensional (tradução do original: *One-Dimensional Man – Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*). Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 4ª edição, 1973.

MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man – Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*. London: Routledge, 2002.

MOLLIER, Jean-Yves. Tradução: Iraci D. Poleti. Edição, imprensa e poder na França no Século XX. São Paulo: Editora Fap-Unifesp/Edusp, 2015.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. A ética como fator de resistência no jornalismo. Revista FAMECOS, Porto Alegre: nº 15, agosto 2001.